

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2025

DENOMINAÇÃO ACISJF – ASSOCIAÇÃO CATOLICA
INTERNACIONAL AO SERVIÇO DA JUVENTUDE
FEMININA

MORADA Rua D. João IV

N. 892 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA Bonfim

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4000-300

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Porto _____, _____

Porto _____, _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Handwritten signatures]

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	329 732,10	336 293,39
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	5 727,22	5 727,22
		335 459,32	342 020,61
Ativo corrente			
Inventários	7	6 325,22	5 026,63
Créditos a receber	12.3	3 326,15	3 118,63
Estado e outros entes públicos	12.9	847,79	2 909,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membro	12.2	1 060,00	1 030,00
Diferimentos	12.5	4 746,63	4 240,46
Outros ativos correntes	12.4	157 091,26	150,00
Caixa e depósitos bancários	12.6	250 908,38	209 841,75
		424 305,43	226 316,86
Total do ativo		759 764,75	568 337,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	189 505,21	189 505,21
Resultados transitados	12.7	168 365,47	136 686,81
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	108 475,89	114 483,81
		466 346,57	440 675,83
Resultado líquido do período		17 379,40	31 678,66
Total dos fundos patrimoniais		483 725,97	472 354,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	2 443,22	3 335,78
		2 443,22	3 335,78
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	26 744,30	23 075,48
Estado e outros entes públicos	12.9	13 091,06	10 880,98
Diferimentos	12.5	166 219,44	1 100,00
Outros passivos correntes	12.10	67 540,76	57 590,74
		273 595,56	92 647,20
Total do passivo		276 038,78	95 982,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		759 764,75	568 337,47

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Procurador Certificado
Harcourt de Bexard Aires
Maurício de Almeida Marques, f.º do f.º de f.º

[Handwritten signature]
Catão

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	8	57 516,68	56 309,31
Subsídios, doações e legados à exploração	12.11	653 957,12	540 704,92
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-91 428,07	-87 615,31
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-156 139,82	-110 850,92
Gastos com o pessoal	10	-438 117,72	-358 716,65
Outros rendimentos	12.13	54 892,99	44 416,74
Outros gastos	12.14	-37 055,77	-30 982,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43 625,41	53 265,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 / 5	-26 131,43	-21 376,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 493,98	31 889,90
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	37,64	37,72
Juros e gastos similares suportados	12.15	-152,22	-248,96
Resultados antes de impostos		17 379,40	31 678,66
Resultado líquido do período		17 379,40	31 678,66

A Direção

O Contabilista Certificado

D. Ferreira de Sá

Presidente do Conselho

Patricia de Sousa

Maria Luísa de Sá / Maria Luísa de Sá

[Handwritten signature]

Entidade: ACISJF - Assoc.Católica Intern.ao Serviço Juv.Feminina
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501148850

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Comunidade Inserção	SELF	Cantina Social	Apartamento Autonomização	CONECTA	PERÍODOS	
							2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	1 690,50	51 451,68	4 181,30	193,20	0,00	57 516,68	56 309,31
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10	-292 405,54	-31 312,56	-126 773,18	-41 450,04	-37 604,47	-529 545,79	-446 331,96
Resultado Bruto		-290 715,04	20 139,12	-122 591,88	-41 256,84	-37 604,47	-472 029,11	-390 022,65
Outros Rendimentos	9/12.11/12.13/12.15	420 970,56	12,29	159 260,50	74 353,01	54 253,75	708 850,11	585 121,66
Gastos de distribuição	12.12	0,00	-854,80	0,00	0,00	0,00	-854,80	-1 515,00
Gastos administrativos	4/5/12.12	-100 793,60	-17 130,94	-34 527,00	-13 141,03	-16 649,28	-182 241,85	-131 031,95
Outros Gastos	12.14	-24 820,67	-7 459,00	-114,50	-3 836,20	0,00	-36 230,37	-30 662,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 641,25	-5 293,33	2 027,12	16 118,94	0,00	17 493,98	31 889,90
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	26,36	1,48	6,78	3,02	0,00	37,64	37,72
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-106,56	-6,09	-27,40	-12,17	0,00	-152,22	-248,96
Resultado antes de impostos		4 561,05	-5 297,94	2 006,50	16 109,79	0,00	17 379,40	31 678,66
Resultado líquido do período		4 561,05	-5 297,94	2 006,50	16 109,79	0,00	17 379,40	31 678,66

A Direção

O Contabilista Certificado

D. Fernandes da SL
António da Costa da Silva
Racileia da Silva Oliveira
Maurício da Silva Pereira da Silva

António da Costa da Silva

ACISJF - Assoc.Católica Intern.ao Serviço Juv.Feminina

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

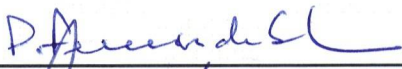
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

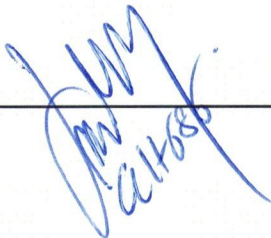
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		62 668,33	62 080,08
Pagamentos a fornecedores		-273 461,07	-225 896,85
Pagamentos ao pessoal		-291 254,46	-243 514,65
Caixa gerada pelas operações		-502 047,20	-407 331,42
Outros recebimentos/pagamentos		533 583,17	404 316,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		31 535,97	-3 015,37
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 578,70	-19 990,98
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		37,64	37,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 541,06	-19 953,26
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		14 116,50	8 628,85
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-892,56	-820,85
Juros e gastos similares		-152,22	-248,96
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		13 071,72	7 559,04
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		41 066,63	-15 409,59
Caixa e seus equivalentes no início do período		209 841,75	225 251,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	250 908,38	209 841,75

A Direção

O Contabilista Certificado







Para a Direcção Reside Global

Maria Luísa de Almeida, responsável pela caixa

ACISJF – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina

**Anexo
Demonstrações Financeiras
2025**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	12
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
12	Outras Informações	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
12.3	Créditos a receber	15
12.4	Outros Ativos Correntes	15
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.7	Fundos Patrimoniais	16
12.8	Fornecedores	16
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.10	Outros Passivos Correntes	17
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.12	Fornecimentos e serviços externos	17
12.13	Outros rendimentos e ganhos	18
12.14	Outros gastos e perdas	18
12.15	Resultados Financeiros	18
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A “ACISJF – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos registados em 18/01/2016 pelo averbamento nº 3 à inscrição nº 4/84 a fls. 85 verso e 86 do Livro nº 2 das Associações de Solidariedade Social, com sede em Rua D. João IV, nº 892, Porto. Tem os seguintes objetivos:

- Visa em especial a formação integral da juventude feminina entre os 12 e 35 anos procurando contribuir para o seu desenvolvimento moral, social e intelectual;
- Dedica particular atenção aos casos de jovens em risco social e mães solteiras e/ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, com dificuldades de ordem socioeconómica e eventualmente aos casos de outras pessoas carenciadas;
- Promove também formação escolar e profissional e outras daqueles que são a razão da sua existência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

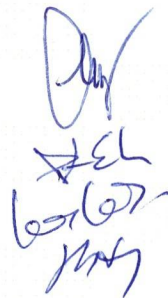
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.



3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

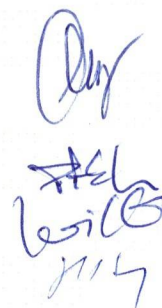
3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Ally
FEL
Lorena
JH

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Handwritten notes:
Fich
Lei 107
Mh

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

[Handwritten signature and initials]

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	31.174,87				31.174,87
Edifícios e outras construções	660.722,87				660.722,87
Equipamento Básico	344.983,34	3.222,60			348.205,94
Equipamento de Transporte	20.990,98				20.990,98
Equipamento Administrativo	51.175,12				51.175,12
Equipamento Informático	31.652,60	356,10			32.008,70
Outros ativos fixos tangíveis	7.561,88				7.561,88
Ativo Tangível Bruto	1.148.261,66	3.578,70	0,00	0,00	1.151.840,36
Investimentos em curso	30.340,74	15.991,44			46.332,18
Ativo Tangível Bruto	30.340,74	15.991,44	0,00	0,00	46.332,18
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	422.959,00	14.254,61			437.213,61
Equipamento Básico	332.786,84	4.979,72			337.766,56
Equipamento de Transporte	1.049,55	4.198,20			5.247,75
Equipamento Administrativo	51.175,12				51.175,12
Equipamento Informático	26.776,62	2.698,90			29.475,52
Outros ativos fixos tangíveis	7.561,88				7.561,88
Depreciações Acumuladas	842.309,01	26.131,43	0,00	0,00	868.440,44
Ativo Tangível Líquido	336.293,39	-6.561,29	0,00	0,00	329.732,10

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Programas de computador	3.488,28				3.488,28
Ativo Intangível Bruto	3.488,28	0,00	0,00	0,00	3.488,28
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	3.488,28				3.488,28
Depreciações Acumuladas	3.488,28	0,00	0,00	0,00	3.488,28
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten date]

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	2.443,22	2.443,22	0,00	3.335,78	3.335,78
Total	0,00	2.443,22	2.443,22	0,00	3.335,78	3.335,78

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.997,83	63.462,31	24.181,80	5.026,63	73.017,60	19.709,06	6.325,22	
Total	4.997,83	63.462,31	24.181,80	5.026,63	73.017,60	19.709,06	6.325,22	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				87.615,31			91.428,07	

8 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	57.516,68	56.309,31
Quotas e joias	2.415,00	2.415,00
Outros	55.101,68	53.894,31
Outros Réditos	37,64	37,72
Juros	37,64	37,72
Total	57.554,32	56.347,03

[Handwritten signature and initials]

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2025			31-12-2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	553.451,06	0,00	0,00	506.548,38
Junta de Freguesia	Não reembolsável	0,00	0,00	9.800,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	482,62	0,00	0,00	482,63
Projeto “CONECTA”	Não reembolsável	0,00	0,00	50.650,42	0,00	0,00	0,00
ISS, IP (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	108.475,89	0,00	6.007,92	114.483,81	0,00	6.007,92
TOTAL		108.475,89	0,00	620.392,02	114.483,81	0,00	513.038,93

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram de “13”. No início do exercício de 2025 mantiveram-se os Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2024/2027, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

- Presidente – Maria Manuela Coelho Pereira de Matos Peixoto Taveira;
- 1º Secretário – Maria João de Freitas Arriscado Nunes;
- 2º Secretário – Rosa Maria Coelho Ferreira Cardoso Delgado.

Direção

- Presidente – Pedro Manuel Mota Ferreira da Silva;
- Vice-Presidente – Cristina Maria Malheiro Dantas Gonçalves;
- Vogal – Maria Francisca Sottomayor Negrão;
- Vogal - Maria Isabel da Silva Borges Salgado Fonseca;
- Vogal – Paulo Jorge Vinhal Graça Pinto Marinho;
- Vogal – Maria Leonilde Resende Oliveira;
- Vogal – Rui Manuel Corucho Duarte Morais.

Conselho Fiscal

- Presidente – Maria dos Prazeres Castel-Branco de Avelar Lopes Cardoso;
- 1º Vogal – Maria Gabriela Carmo Gonçalves de Oliveira Fonseca;
- 2º Vogal – Maria Inês Pinho Teixeira da Rocha Santos.

Handwritten signature and notes:
FAC
L. 01/02
mly

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de “22” e em 31/12/2025 foi de “26”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	350.118,09	287.102,61
Indemnizações	340,43	1.435,97
Encargos sobre as Remunerações	76.347,87	62.675,89
Seguros de Acidentes no Trabalho	5.983,73	4.588,34
Outros Gastos com o Pessoal	5.327,60	2.913,84
Total	438.117,72	358.716,65

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2025 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
9	Apoio Universidade Católica	83
31	GAS Porto	716
4	Projeto PARAA ONDE?	36
11	U-Dream	64
19	Impactric	237
10	Apoio Cantina Social	442
2	Manutenção da Horta	116
2	Voluntários singulares	12

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
Investimentos Noutras Empresas – Participações Capital	250,00	250,00
Fundo Compensação do Trabalho	5.477,22	5.477,22
Total	5.727,22	5.727,22

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Quotas	1.060,00	1.030,00
Total	1.060,00	1.030,00

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes	3.326,15	3.118,63
Total	3.326,15	3.118,63

12.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Entidades do Setor Público Administrativo - IGFSS	126.131,26	0,00
Outros Devedores	30.960,00	150,00
Total	157.091,26	150,00

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Rendas antecipadas	624,80	524,80
Seguros	4.121,83	3.715,66
Total	4.746,63	4.240,46
Rendimentos a Reconhecer		
Aluguer de equipamentos	3.468,00	1.100,00
Projeto “CONECTA”	162.751,44	0,00
Total	166.219,44	1.100,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	423,71	1.012,49
Depósitos à ordem	32.484,67	31.329,26
Depósitos a prazo	218.000,00	177.500,00
Total	250.908,38	209.841,75

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	189.505,21	0,00	0,00	189.505,21
Resultados transitados	136.686,81	31.678,66	0,00	168.365,47
Outras variações nos fundos patrimoniais	114.483,81	0,00	6.007,92	108.475,89
Total	440.675,83	35.678,66	6.007,92	466.346,57

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	26.744,30	23.075,48
Total	26.744,30	23.075,48

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	847,79	2.909,39
Total	847,79	2.909,39
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.617,91	3.060,67
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.146,25	1.117,75
Segurança Social	9.326,90	6.702,56
Total	13.091,06	10.880,98

12.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	65.739,74	0,00	55.267,14
Outros credores	0,00	1.801,02	0,00	2.323,60
Total	0,00	67.540,76	0,00	57.590,74

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	614.384,10	507.031,01
Doações e heranças - Donativos	33.909,69	33.673,91
Outras entidades	5.663,33	0,00
Total	653.957,12	540.704,92

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	72.477,17	32.890,04
Materiais	3.706,48	3.506,61
Energia e fluidos	41.455,77	40.408,11
Deslocações, estadas e transportes	3.401,05	4.088,24
Serviços diversos	31.629,06	27.971,32
Encargos com utentes	3.470,29	1.986,60
Total	156.139,82	110.850,92

Handwritten signature and initials:
APL
Cor. 21
MS

12.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos suplementares	20.352,00	13.200,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	8,89
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	1.000,00
Outros rendimentos e ganhos	34.540,99	30.207,85
Total	54.892,99	44.416,74

12.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	7.446,40	5.999,63
Dividas incobráveis	825,40	320,00
Outros gastos e perdas	395,00	424,20
Gastos com apoios concedidos a associados ou utentes	28.388,97	24.238,33
Total	37.055,77	30.982,16

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	152,22	248,96
Total	152,22	248,96
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	37,64	37,72
Total	37,64	37,72
Resultados Financeiros	-114,58	-211,24

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2025, foi o seguinte:

- Comunidade Inserção – 50 utentes;
- Apartamento de Autonomização – 5 utentes;
- Refeitório/Cantina Social – 75 utentes.

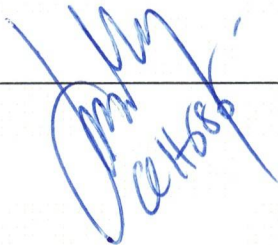
12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

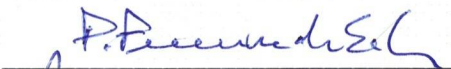
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



A Direção



Presidente do Conselho
Maria Leonor de Resende Gilest
maurizabel@h3p.org.pt